



## **Nota de posicionamento sobre o desaparecimento de Bruno Araújo Pereira e Dom Phillips**

Nesta segunda-feira (6), o indigenista brasileiro Bruno Araújo Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips, colaborador do jornal The Guardian, foram dados como desaparecidos na região do Vale do Javari, quando regressavam de uma visita à Equipe de Vigilância Indígena que se encontra próxima ao Lago do Jaburu, de acordo com nota divulgada pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja).

O desaparecimento se deu em meio ao aprofundamento da política anti-indigenista promovida pelo atual governo que, por meio de diversas iniciativas - afrouxamento de normas, retaliação a servidores de agências ambientais, paralisação dos processos de multas, estrangulamento orçamentário -, vem acabando com o arcabouço jurídico que protege os recursos naturais e violando direitos fundamentais dos povos indígenas do Brasil, que nunca foram tão atacados quanto no governo Bolsonaro.

Os retrocessos que marcam o atual governo estão presentes em todos os setores do país mas, no caso dos povos indígenas, a situação vai além do retrocesso e se traduz num contexto de violação permanente das terras indígenas. Sem o menor constrangimento, o Brasil de Bolsonaro dá licença política e moral para que atividades predatórias se reproduzam à luz do dia, especialmente na Amazônia: nas terras indígenas e no entorno delas, é notório o aumento da violência, causadas pela invasão e grilagem desses territórios, bem como pela proliferação dos garimpos e extração ilegal de madeira. De acordo com a mais recente edição do relatório [“Violência contra os Povos Indígenas no Brasil”](#), editado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), os assassinatos tiveram um aumento de 61%, com 182 casos registrados em 2020 e os conflitos territoriais também aumentaram, com 96 casos do tipo em 2020 – 174% a mais do que no ano anterior.

Além disso, tramitam hoje no Congresso diversos projetos de lei que, direta ou indiretamente, ameaçam as Terras Indígenas brasileiras. Apelidado de “Pacote da Destruição”, esse conjunto de leis inclui, entre outros, o PL 191/2020, que libera a mineração e outras formas de exploração econômica dentro de TIs; e o PL 490/2007, que advoga em favor do Marco Temporal e por isso é inconstitucional. Esses dois PLs representam graves riscos à integridade dos povos originários.

Enquanto políticas contrárias à promoção dos direitos humanos seguirem sendo o carro-chefe do Estado brasileiro, o país continuará mergulhado nesse contexto de violência profunda que beira a barbárie - e oferecendo ao seu povo mais motivos para lamentar do que celebrar.

É urgente que o governo brasileiro mobilize todos os esforços necessários para encontrar Bruno Araújo Pereira e Dom Phillips, sob pena deles se tornarem vítimas desse contexto de insegurança disseminado pela “política do vale-tudo” que se estabeleceu na Amazônia.